

**O RELEVANTE TRABALHO DAS MERENDEIRAS ESCOLARES DE ESCOLAS PÚBLICAS DE
SALVADOR, BAHIA**

Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura^a

Maria do Carmo Soares de Freitas^b

Resumo

As merendeiras são manipuladoras de alimentos encarregadas do preparo, distribuição e de todas as atividades que envolvem a produção de refeições servidas nas escolas públicas. O presente estudo tem o objetivo de descrever e analisar as condições do ambiente de trabalho e os limites das atividades de cinco merendeiras escolares. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa nos espaços de três escolas públicas de um bairro de Salvador, Bahia. Utilizou-se a observação participante, registros de campo, entrevistas narrativas e pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam que as atividades desenvolvidas cotidianamente são extremamente exaustivas, ocorrem em precárias condições estruturais e esses profissionais sentem a indiferença e a desvalorização da comunidade escolar por seu trabalho. Entretanto, as merendeiras demonstram conformação e referem satisfação com as atividades desempenhadas. Concluiu-se que as condições e o ambiente de trabalho são precários e sem grandes expectativas acerca de melhorias.

Palavras-Chave: Alimentação escolar. Narrativas. Condições de trabalho.

THE OUTSTANDING WORK OF SCHOOL COOKS FROM PUBLIC SCHOOLS IN
SALVADOR, BAHIA

Abstract

The cooks are food manipulators in charge of handling, dispensing and all activities pertaining the production of meals served in public schools. The present study has the aim to describe and analyze the conditions of the work environment and the limitations

^a Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde pela Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

^b Professora Associada III da UFBA. Departamento de Ciência da Nutrição, Escola de Nutrição (EM/UFBA). carmofreitas@uol.com.br

Endereço para correspondência: Rua Araújo Pinho, n.º 32, Canela, Salvador, Bahia. CEP: 40110-912. indiratanajura@gmail.com

of the activities of five school cooks. This is a qualitative study carried out in three public schools in a neighborhood of Salvador, Bahia. Participant observation, field records, narrative interviews and bibliographic review were elements used as data collection. The results indicate that the activities daily performed are extremely exhaustive and occur in poor structural conditions and these professionals feel the indifference and the devaluation of the school community for their work. However, the cooks show conformation and relate satisfaction with the activities performed. It was concluded that the conditions and work environment are poor and without great expectations about improvements.

Key words: School feeding. Personal narratives. Working conditions.

LA DESTACADA LABOR DE LOS COCINEROS DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS EN SALVADOR, BAHÍA

Resumen

Las cocineras se encargan de la manipulación de los alimentos, del preparación, distribución y de todas las actividades relacionadas con la producción de las comidas servidas en las escuelas públicas. El presente estudio tiene como objetivo describir y analizar las condiciones del ambiente de trabajo y los límites de las actividades de cinco cocineras de una escuela pública. Estudio de enfoque cualitativo en el espacio de tres escuelas públicas en un barrio de la ciudad de Salvador, Bahia. Se utilizó la observación participante, los registros de campo, las entrevistas narrativas y la literatura sobre el tema. Los resultados indican que las actividades desarrolladas diariamente son muy exhaustivas, se realizan bajo condiciones estructurales muy precarias y, estos profesionales, sienten la indiferencia y su trabajo desvalorizado por la comunidad escolar. Sin embargo, las cocineras demuestran conformación y expresan satisfacción con las actividades realizadas. Se concluye que las condiciones y el ambiente de trabajo son precarios y sin grandes expectativas con respecto a mejoras.

Palabras-Clave: Alimentación escolar. Narrativas. Condiciones de trabajo.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa atender escolares matriculados em escolas públicas de todo o país durante a jornada de aulas, contribuindo

para manter a concentração e o aprendizado desses indivíduos.¹ A implantação nacional, em 1955, foi lenta. Antes mesmo, ainda na década de 1930, havia políticas caritativas para resolver momentaneamente a fome e a desnutrição dos escolares, em geral com sopas e mingaus. Naquela época, fora da escola, foram inúmeros e situacionais, os programas de alimentação e nutrição para as famílias de baixo poder aquisitivo.² Somente nos anos de 1970 passou a ser de fato uma política de âmbito nacional.³ Desde sua origem, vale lembrar, seus objetivos e diretrizes foram recebendo modificações e ganhando espaços na sociedade.

Em âmbito nacional, este programa, segundo a retórica oficial, tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento e o rendimento do escolar, com a oferta de alimentos seguros, de qualidade e saudáveis durante o ano letivo. Isto quer dizer que a alimentação escolar complementa as necessidades nutricionais dos escolares no período em que estão na escola.¹ Diante das condições históricas de carências nutricionais do povo brasileiro, o PNAE tem também como foco principal contribuir para reduzir a evasão da população escolar originária das camadas mais pobres do país.

Alimentação escolar é o termo oficial definido pelo PNAE como todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.³ Entretanto, o termo “Merenda escolar” é geralmente usado no ambiente escolar tanto por escolares quanto por funcionários para nomear a alimentação escolar. Essa nomenclatura é decorrente do fato de as preparações servidas inicialmente nas escolas serem tipos de lanches no meio da manhã ou da tarde, momento em que se merenda, na cultura brasileira.⁴ A merenda como comida ocasiona prazer, gosto, tem influências sociais e culturais e faz parte dos momentos de descontração e brincadeiras.

Para oferecer alimentação de qualidade é preciso ter um bom planejamento de cardápio, de compra de gêneros alimentícios e de condições adequadas de preparação. Além disso, essas preparações precisam respeitar os hábitos alimentares dos escolares e a região do país em que se encontram. Para o preparo das refeições servidas aos educandos, existem funcionários contratados especificamente para a função, que são denominados de merendeiras ou cozinheiras.⁵

As merendeiras são manipuladoras de alimentos encarregadas do preparo, distribuição e de todas as atividades que envolvem a produção de refeições servidas nas escolas públicas. Entre as atribuições que devem ser exercidas por elas, destacam-se: receber, conferir, pesar, guardar mantimentos, separar ingredientes para confecção da merenda no depósito, cortar, descascar, preparar as refeições, servir, higienizar utensílios e o ambiente.⁶

Além dessas e de outras atividades, também incentivam os escolares a consumirem determinados alimentos, preocupam-se com a rejeição e a aceitação do cardápio.

A falta de qualificação das merendeiras para exercer a função adquire maior valor ao se considerar o baixo nível de instrução. O despreparo, por não serem devidamente capacitadas para exercer a função, aliado ao acúmulo das atividades faz com os procedimentos tornem-se repetitivos, inadequados, comprometendo a qualidade da alimentação e também a saúde desses profissionais.⁷ Não obstante serem denominadas de merendeiras, o trabalho exercido vai além da preparação de merendas. As refeições servidas nas escolas passaram a ser mais complexas e elaboradas para atender as necessidades nutricionais dos comensais e, com isso, houve aumento do trabalho e, conseqüentemente, do desgaste físico. O trabalho desses profissionais é marcado pela pressão e pelo desgaste físico decorrentes de atividades demarcadas pelo tempo, fazendo com que desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, o que gera, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças.⁸ O excesso de trabalho pode caracterizar-se pelo número reduzido de funcionários para realizar diversas atividades, pelo próprio exercício diário, que é marcado por um ritmo considerado “pesado”, e por desempenhar atividades que não são atribuições das merendeiras, como, por exemplo, supervisionar escolares.

Pesquisa⁹ com merendeiras revelou uma realidade caracterizada por um trabalho desgastante, ambientes e organização do trabalho inadequados e que contribuem para potencializar o desgaste já produzido pelas atividades inerentes a esse tipo de função. Isso tudo determina as condições de saúde dos profissionais.

Estudo¹⁰ sobre o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba encontrou que muitos desses funcionários acabam afastados por motivo de doenças decorrentes do trabalho ou são readaptadas em outras funções por incapacidade para realizar suas atividades originais. Praticamente um terço da mão de obra estava ou esteve com problemas de saúde em decorrência do trabalho.

Diante desses fatos, torna-se fundamental conhecer o cotidiano e as atividades desenvolvidas pelas merendeiras escolares, destacando os entraves vividos por esses profissionais ainda pouco elucidados. O presente estudo tem como objetivo descrever e analisar as condições do ambiente de trabalho e os limites das atividades das merendeiras nas escolas.

METODOLOGIA

O estudo toma de empréstimo instrumentos da pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa mostra a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, como um vínculo

indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números.¹¹

Para o desenvolvimento do estudo foram realizadas pesquisa bibliográfica acerca do tema, observação de campo e do objeto a ser estudado e entrevistas narrativas com as merendeiras. Ao analisar o cotidiano, no tempo e lugar das relações sociais, no caso específico um ambiente de trabalho, pôde-se aprofundar os sentidos e compreender como ocorrem as analogias que as merendeiras fazem com o mundo que as cerca.¹²

Ao estudar os significados atribuídos pelas merendeiras ao seu cotidiano, pretendemos interpretar o texto da observação participante, confrontando a pré-compreensão sobre as condições “ideais” de trabalho e a realidade encontrada em cada escola onde predomina o trabalho árduo dessas mulheres merendeiras.

Compreender é exercer a capacidade de colocar-se a si mesmo no lugar do outro, indagando algo além do que já foi dito. Interpretar o sentido é realizar a compreensão.¹² A interpretação inicia com opiniões (julgamentos) prévias e logo em seguida dá lugar ao texto expresso pelo ambiente em si. Como exemplo, vale lembrar as precárias condições de várias escolas públicas que outros pesquisadores constataram.¹⁴

O estudo foi desenvolvido em três escolas públicas estaduais do bairro do Cabula, Salvador, Bahia, no período de fevereiro a maio de 2011. Foram entrevistadas duas merendeiras em duas escolas e uma na terceira, totalizando cinco entrevistas. Para a realização da pesquisa foi solicitada a prévia autorização junto à Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

As entrevistas aconteceram após vários dias de observação do local de estudo e encontros com as merendeiras nos turnos matutino e vespertino. Foram realizadas no ambiente de trabalho, seguindo um roteiro de questões sobre o objeto, e ocorreram de acordo com os horários disponibilizados pelas colaboradoras do estudo. O número de entrevistadas foi definido após a obtenção das informações de interesse e do encontro de ideias semelhantes. Quando as informações passaram a se repetir e sem qualquer acréscimo de novas ideias, paramos de indagar. O número adequado de entrevistas deve ser entendido como aquele capaz de refletir a totalidade nas suas dimensões, pois a pesquisa qualitativa preocupa-se com o aprofundamento e com a compreensão.^{11,15}

Com a observação do campo, pôde-se entender a maneira como o ambiente de trabalho é organizado, como as pessoas relacionam-se e como participam da vida cotidiana da escola. No diário de campo foram anotadas as observações, informações e percepções obtidas durante as visitas nas escolas. Muitas vezes, as informações do diário de campo deram subsídios para analisar os dados coletados de outra forma.¹⁷

Após dois meses de observação e aproximação com as merendeiras, foram iniciadas as entrevistas narrativas em profundidade. Este tipo de entrevista é considerado uma forma não estruturada, de profundidade, com características específicas.¹⁶ Assim, o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto como se estivesse conversando, sem respostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador. O roteiro de entrevista foi organizado buscando contemplar as questões do estudo. Na entrevista narrativa, o roteiro utiliza pontos que servem como guia. As entrevistas foram gravadas em MP3 e, posteriormente, transcritas para análise. Nelas, as merendeiras falaram livremente sobre a rotina de trabalho, as relações com os colegas de trabalho, aspectos relacionados à estrutura física das cozinhas e outros temas relacionados à merenda escolar.

Feita a transcrição das entrevistas, estas foram lidas e relidas cuidadosamente, buscando-se afinidades, o entendimento dos significados, interpretar e compreender as falas, pois cada leitura pode revelar novos conteúdos semânticos. Após a leitura de todo o material de campo – anotações das observações, entrevistas e transcrição das gravações – este foi analisado considerando o contexto, a intensidade dos comentários, a intersubjetividade repetida das falas entre outros aspectos.¹⁵ É pela análise das transcrições que as narrativas de vida revelarão progressivamente sua riqueza. Sua função será revelar uma profusão de indícios que permitem esboçar hipótese após hipótese, testar estas últimas pela comparação e só conservar as mais pertinentes para a construção do modelo de análise e comparação das falas.¹⁸

Os achados foram sistematizados em categorias analíticas de acordo com os temas abordados nas entrevistas. Na análise das narrativas e dos textos da observação, foram separados os significantes mais importantes das falas no contexto prescrito. As narrativas foram agrupadas por eixos temáticos e destacados os trechos semelhantes e contrários entre a mesma atriz social e as demais.

O ato interpretante é tenso, com idas e vindas às narrativas dos sujeitos, para esclarecer lacunas, uma palavra interdita, em gesto de silêncio ao falar de si.¹⁹ Primeiro apreende-se, compreende-se depois se interpreta a mesma fala; as idas e vindas ao texto refletem a necessidade de um círculo hermenêutico da interpretação – compreensão- interpretação.¹³

Antes da realização das entrevistas foi solicitada a autorização para sua execução, assim como a permissão para que fossem gravadas. Foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com informação sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados, a possibilidade da desistência na participação do estudo, os

contatos do pesquisador para esclarecer possíveis dúvidas e a garantia do anonimato. Foram adotados pseudônimos para identificar as depoentes, com atribuição de nomes comuns da nossa população.

O estudo atendeu às recomendações da Resolução n.º 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde,²⁰ que estabelece os critérios sobre a pesquisa envolvendo seres humanos. Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (ENUFBA) e obteve parecer favorável sob número 14/10.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na elaboração das preparações servidas pelo PNAE, existem profissionais específicos para a função conhecidas como merendeiras escolares. A alimentação escolar preparada e distribuída por merendeiras faz parte do cotidiano de escolares de todo o país. A execução das atividades que envolvem a produção dessas refeições exige dos responsáveis pela sua elaboração, além de treino, disposição física e aptidão.

Com a evolução do PNAE, as refeições servidas nas escolas passaram a ser mais complexas e elaboradas para atender às necessidades nutricionais dos comensais. Com isso, houve aumento do trabalho e, conseqüentemente, do desgaste físico dessas funcionárias responsáveis pela elaboração da alimentação escolar.

PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Em 1988 ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental. Em 2010 avaliou-se a possibilidade de ampliar para todos do ensino médio,³ o que representou uma conquista para a sociedade, levando a transformações na alimentação escolar quanto ao seu conteúdo e sua operacionalização. A merenda passou de lanche, predominantemente, para refeição. Nessa transição, durante dias da semana, a depender do cardápio, são servidas, entre outras, preparações como: arroz com frango, feijão tropeiro, sopa, macarrão. De merenda restou apenas o nome, como uma metáfora para indicar alimentação escolar no meio do turno matutino e vespertino.

Concomitante à elaboração das refeições servidas nos intervalos das aulas, a merendeira também passou a preparar o almoço para os que participam de projetos especiais (quando o estudante fica em período integral). Na prática, ocorreu um aumento das atividades desenvolvidas por merendeiras, como se pode observar no relato a seguir:

“Antes era aliviado. Agora é dobrado. O dia todo é de comida. Muita galinha, 12 kg de feijão de manhã, 4 kg de carne. E os meninos querem mesmo comer. Quer arroz, feijão. Tem que correr para 9 h 30 min servir. Eu acho errado esse horário. Desperdiça, os meninos desperdiçam por isso. Acho 9 h 30 min cedo. Tem uns que estão com fome, mas tem outros que não estão.” (Roberta).

O volume das tarefas desenvolvidas pelas merendeiras, associado ao número insuficiente de funcionários nas escolas estudadas, impede que a experiência adquirida por elas seja elaborada, sistematizada e intercambiada, conferindo significado ao conhecimento produzido.

As transformações que ocorreram no PNAE, no decorrer de sua história, contribuíram para melhorar a qualidade da alimentação e ampliar a área de atuação em todo o país. Contudo, essas mudanças não aconteceram plenamente, pois, no caso dessas trabalhadoras que participaram do estudo, não houve simultaneamente investimento na qualificação e nem melhor remuneração.

ATIVIDADES DAS MERENDEIRAS: A EXAUSTÃO

Diariamente, as merendeiras das escolas participantes da pesquisa organizam-se e dividem os afazeres entre si com o objetivo de minimizar o desgaste físico. Entre as atribuições designadas para a merendeira, citamos: receber mercadoria, cortar, descascar, preparar os pratos, servir e higienizar os utensílios e a cozinha.

O acúmulo de atividades desempenhadas pelas merendeiras: preparo das refeições, distribuição da merenda aos escolares, higienização do material da cozinha, além da faxina geral da escola que ocorre na maioria dos casos.⁷ Essa sobrecarga faz com que os procedimentos tornem-se repetitivos e autômatos, sem serem questionados e sem visibilidade das razões que os fundamentam, bem como das representações embutidas nesses comportamentos.

O tempo é curto para todas as preparações que são servidas na alimentação escolar. Geralmente, um turno antecipa as etapas para o seguinte, pois, caso contrário, não dá tempo de servir no horário determinado. Estudo sobre o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba¹⁰ verificou, e pudemos também observar nas escolas estudadas, que as operações de limpeza e corte de carnes, indicadas pelas merendeiras como as mais difíceis de serem executadas, precisam ser antecipadas ou realizadas no dia anterior.

O preparo de uma refeição termina e logo se inicia o procedimento de servir os escolares. Em seguida, recolhem-se e higienizam-se os utensílios e já se inicia o preparo da

próxima refeição. É um ciclo de atividades exaustivas, em que as trabalhadoras permanecem de seis a oito horas em pé durante todo o turno de trabalho. Desse modo, o estresse da funcionária é evidente. O ambiente de trabalho, além de ser geralmente desfavorável pela estrutura física inadequada e deficiência de equipamentos, apresenta quase sempre poluição sonora produzida pelos equipamentos utilizados nas cozinhas e pelos próprios escolares nos intervalos das aulas. Eles brincam, gritam e pedem a merenda insistentemente.

Além de todas as atividades que precisam realizar durante a jornada de trabalho para preparar e distribuir a merenda aos escolares, essas merendeiras fazem outras preparações para servir os funcionários da escola. A seguir são expostos alguns depoimentos que apontam atividades extras a suas funções: “A gente vai trabalhar, faz o café para servir os professores e depois tem a merenda que a gente tem que começar a preparar.” (Fernanda); “Procuro fazer o melhor; me pedem as coisas e eu atendo.” (Roberta).

As atividades extras acabam por tomar tempo e sobrecarregar ainda mais uma função que já é por si desgastante, como declara Fernanda: “Praticamente sem horário de descanso; é tudo um corre-corre.” Acumulam as tarefas de merendeira e de servente. Isso representa uma sobrecarga de trabalho operacional que as desgasta ainda mais, no desenvolvimento de uma rotina marcada por um trabalho cansativo e ininterrupto, como ilustra a fala de Nilza: “Na cozinha, a gente carrega peso, panela pesada, muita queimadura. Merendeira dá um duro danado.”

Estudo em escolas da rede pública do estado do Rio de Janeiro²¹ verificou, nas falas das merendeiras, a sobrecarga de seu trabalho e obteve expressões como: robôs, uma mulher carregando a escola nas costas e uma mulher com vários braços, fazendo mil coisas. Essas palavras traduzem os sentidos atribuídos por merendeiras às múltiplas e intermináveis funções que executam. Com isso, identificam-se desvalorizadas na comunidade escolar. Para elas, o trabalho assemelha-se ao de quem pega peso, limpeza pesada, horas em pé e em silêncio. Como se não houvesse qualquer diálogo, “isola-se” na cronologia do cotidiano. Não há como observar se os estudantes estão se alimentando, nem suas condutas. No entanto, a despeito da sobrecarga, a merendeira preocupa-se em ajudar os colegas, a realizar as tarefas dentro de seu turno, evitando deixar incompleta alguma atividade para as colegas do próximo turno. Não há como descansar ou fazer um intervalo e, muitas vezes, não há tempo para comer.

Apesar disso, nota-se a indiferença dos gestores em relação ao trabalho das merendeiras. Parecem invisíveis e ignoradas por eles. O que importa para o gestor é o produto final do trabalho, ou seja, o preparo e a distribuição da alimentação escolar. Todavia, o processo e as dificuldades vivenciadas durante as etapas da jornada diária são

desconsiderados. É como se ninguém pudesse ver o desânimo, o cansaço e o estresse de quem vive o ritmo de trabalho dessas pessoas. É como se não visse o cansaço do labor de quem limpa, prepara, cozinha e distribui a refeição. Depois recolhe, lava, limpa e guarda, numa roda-viva que não cessa até o término do turno, quando retira o avental e, de mãos úmidas, à casa retorna.

Neste sentido, as merendeiras escolares, por desempenharem atividades simples como cozinhar e lavar, são como seres “invisíveis” aos olhos de outros setores sociais. Entretanto, observa-se nessas pessoas, cabisbaixas e envergonhadas, uma conformidade e aceitação de sua condição, como se já naturalizassem o sofrimento dos pesos e do calor excessivo da cozinha sem estrutura de funcionamento para atender a centenas de estudantes. “A gente tem que trabalhar de acordo com o que tem. Meu trabalho é esse, então procuro me adequar.” (Nilza). O que poderiam fazer?

Ação e discurso são as únicas formas de que dispõe o ser humano para mostrar suas identidades pessoais e singulares, para se manifestarem uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas como seres humanos. Existir, portanto, é fazer-se visível.²² E o que poderiam as merendeiras fazerem para se tornarem visíveis aos olhos dos outros da comunidade escolar? Elas têm consciência de que deveriam e gostariam de participar das discussões, mas referem a condição de abandono, falta de oportunidade para compartilharem suas angústias e ideias.⁴ Nesse lugar aparentemente esquecido, as merendeiras queixam-se pouco, têm ideias sobre cardápios, sonham com melhores condições de trabalho, melhores remunerações e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Nem tudo pode ser dito, mas há, nas interdições de suas vozes, questões que se percebem inevitavelmente como um sentimento de serem, em algum momento, as pessoas menos valorizadas da escola.

AMBIENTE E CONDIÇÕES DE TRABALHO

O cansaço decorrente das atividades rotineiras desenvolvidas acaba sendo exacerbado pela estrutura física das cozinhas. As cantinas escolares observadas apresentam estreitos espaços para a circulação e adequado armazenamento dos utensílios e gêneros alimentícios. “Com relação à cozinha, o espaço não é grande. Eu achava que deveria ter mais espaço.” (Carla). São raras as cantinas escolares que apresentam espaço amplo e condições satisfatórias de armazenamento dos utensílios e da matéria-prima. Todas são revestidas de cerâmica e possuem armários. Existem diferenças em relação ao tamanho e à quantidade de eletrodomésticos em cada uma das escolas. Uma delas é bastante ampla e com espaço suficiente para a realização das atividades e possui refeitório com mesas

próprias para os escolares realizarem suas refeições e lavatório para as mãos. Contudo, mesmo que uma das escolas apresente espaço suficiente para a realização das atividades, há queixa de que não há uma adequada circulação de ar no ambiente. “Está faltando um ventiladorzinho pra gente. Precisa para refrescar, porque, quando chegar o verão, fica no sufoco. Às vezes a gente trabalha assim como está aqui, tudo aberto pra ventilar.” (Fernanda). O calor excessivo foi constatado nesta pesquisa, durante as visitas a esta e às demais escolas. As outras duas escolas possuem a cozinha e o refeitório com tamanho bastante inferior, porém com os equipamentos necessários. A estrutura das cozinhas é fator determinante para a qualidade do serviço, assim como para facilitar as atividades e amenizar o desgaste físico, como evidencia o seguinte relato: “A cozinha não tem estrutura. Fez uma reforma, mas ainda falta muita coisa.” (Roberta).

As diferenças na estrutura das cozinhas escolares foi também visualizada por estudo⁵ envolvendo trabalhadores/as de escola do Rio de Janeiro, ao constatar que o local de trabalho das cozinhas visitadas diferia de uma escola para outra. Em algumas, o tamanho não era adequado para o seu pleno funcionamento, enquanto em outras se verificaram instalações físicas mais condizentes com a atividade.

As cozinhas são geralmente marcadas pelo calor excessivo e por espaços reduzidos que podem contribuir para a diminuição do rendimento e o aumento do cansaço físico. A sobrecarga, atividades repetitivas, a falta de equipamentos e de condições adequadas de trabalho favorecem o surgimento ou progressão de patologias.²⁶ O depoimento de Marta ratifica esses achados: “Agora é mais cansativo, surgem mais problemas nos ossos, dores. Cansaço multiplicado.”

Um estudo²³ com adolescentes em unidades de ensino de municípios baianos sobre alimentação na escola verificou que o trabalho da merendeira é marcado por carência de materiais, uniforme, equipamentos, entre outros, que afetam a alimentação fornecida e também contribuem para um serviço mais desgastante. Em pesquisa²⁴ sobre formação para merendeiras, aplicada em escolas estaduais de Salvador, as merendeiras apontaram a falta de reposição de equipamentos, de recursos humanos e de espaço físico como dificultadores na produção da merenda.

Na maioria das escolas públicas de ensino fundamental do município de Piracicaba (SP), a alimentação escolar era servida em utensílios de plásticos de aparência pouco atraente. Os refeitórios não dispunham de mesas e cadeiras em número suficiente para que os estudantes fizessem as refeições sentados e as cozinhas funcionavam em precárias condições.²⁵ Foi possível observar que os locais onde os escolares realizavam as refeições eram

reduzidos, o que os obrigava a consumirem suas refeições em pé ou a se locomoverem para outras áreas da escola, como as salas de aula.

O fato de o educando não opinar sobre o cardápio, não poder servir-se do alimento, não ter lugar adequado para realizar as refeições e utilizarem-se desses tipos de utensílios plásticos para se alimentar constitui-se numa atividade discriminatória, como concluiu estudo²⁶ realizado em uma escola pública de ensino fundamental em Fortaleza (CE).

A despeito do desgaste físico causado pela rotina e excesso de trabalho, as merendeiras que participaram deste estudo demonstram gostar do que fazem. Entretanto, há um antagonismo em suas falas, pois, ao tempo em que se referem ao cansaço desanimador, encobrem a realidade com um aparente contentamento que lhes garante o emprego ou a ilusão de seu valor social. “Tem que estar sempre limpando, arrumando [...] mas eu gosto, trabalho satisfeita, não tenho o que dizer.” (Fernanda). Estudo realizado em João Pessoa (PB)²⁷ também constatou que, mesmo com a sobrecarga, as merendeiras revelam satisfação em dar alimentos aos escolares.

As condições estruturais do trabalho desenvolvido por essas trabalhadoras evidenciam outro texto, que expressa o desgaste de um trabalho cotidiano com dificuldades, excessos e desvalorização: não têm poder de opinião e não participam das tomadas de decisão que influenciam diretamente no trabalho que executam. Como podem afirmar que gostam do que fazem quando expressam dificuldades? Podem até gostar, num dado momento, porque se acostumam ou naturalizam o mundo cotidiano, mas, provavelmente, não estão satisfeitas com as condições a que estão submetidas.

COMO AMENIZAR O DESGASTE?

As atividades das merendeiras foram intensificadas no decorrer dos anos com as modificações do cardápio, entretanto não ocorreu a incorporação de um novo turno de trabalho que pudesse amenizar essa sobrecarga, nem houve aumento de funcionários. Essa intensificação é devida às expressivas modificações qualitativas e quantitativas no cardápio, estabelecidas por diretrizes macropolíticas do PNAE, e não a uma questão relacionada à má administração do tempo e das tarefas por parte dessas trabalhadoras.¹⁰

Para melhorar as condições de trabalho e diminuir o desgaste físico, as merendeiras que participaram desta pesquisa apresentaram as seguintes sugestões: aumentar o número de funcionários e reduzir a carga de trabalho; trabalhar por turno de seis horas, como ocorre em outros setores da escola. Em contrapartida, outras não creem em qualquer mudança possível para amenizar o cansaço, a exaustão que sentem na árdua tarefa de fazer merendas.

O desgaste físico é também produzido pelos horários fixos para servir a merenda, e o curto tempo para elaboração das refeições, o que gera momentos de estresse e agitação para dar conta de servir no horário. Em muitos casos, há preparações simultâneas, como, por exemplo, enquanto estão fazendo a merenda da manhã, estão também confeccionando o que será servido no almoço ou na merenda do próximo turno. Tudo parece acumular. É confuso, inquietante, disperso ao olhar.

Há também as tarefas de limpeza que foram incorporadas à função da merendeira e são executadas entre uma refeição e outra, enquanto a comida está no fogo. A depender da refeição que está sendo preparada são poucos os momentos para descansar e realizar suas próprias refeições de forma adequada.

Semelhante ao que foi observado em estudo²⁸ realizado em uma comunidade de pesca no estado da Bahia, o trabalho das merendeiras, do ponto de vista ergonômico, apresenta sobrecarga muscular no pescoço, ombros, dorso, membros superiores e região lombar. Esses fatores contribuem consistentemente para o surgimento de patologias.

O CONVÍVIO...

O ambiente das cozinhas escolares é também um local para conversas e momentos de socialização. Ao preparar as refeições, as merendeiras trocam experiências, compartilham suas histórias, frustrações e alegrias. A solidariedade, afetividade e cooperação fazem parte do fazer comida e comer. Ninguém fica com fome, pois todos se ajudam mutuamente. Muitos dos funcionários, como serventes, porteiros e cozinheiros das escolas, alimentam-se da merenda escolar. Para as merendeiras, comer é direito de todos e não exclusivamente dos estudantes. Muitos separam antecipadamente seu alimento, antes mesmo de ser distribuído para os escolares.

Mesmo com a continuidade de atividades que se assemelham às domésticas em seu ambiente de trabalho e da exaustão de sua jornada diária, a merendeira, por alguns momentos, esquece os problemas pessoais e suas dificuldades enquanto trabalha. O depoimento de Nilza é ilustrativo: “Às vezes, a gente chega com algum problema e deixa pra lá. Chega todo mundo com alegria.” Esse desligamento dos conflitos pessoais e das dificuldades do trabalho pode estar relacionado ao fato de exercerem atividades para as quais têm aptidão e pela naturalidade como agem e sentem os problemas que vivenciam em seu mundo social, a exemplo de baixos rendimentos, baixa escolaridade, desemprego de filhos, violência no bairro, entre outros.

CONCLUSÃO

As narrativas das merendeiras possibilitaram a visualização de um tipo de trabalho extenuante no decorrer das transformações do PNAE, acumulado de funções para atender à maior e mais complexa oferta de preparações. Concomitante ao aumento das atividades não houve modificação no quadro de funcionários e não foram disponibilizados cursos de formação nem efetivas melhorias na estrutura física das cozinhas das escolas estudadas. Essas trabalhadoras apoiam-se na solidariedade dos colegas para superar as dificuldades enfrentadas diariamente. No entanto, apesar dessas condições desfavoráveis, observa-se a conformidade de sua condição, como se internalizassem uma identidade de desvalia social em que “o trabalho é assim mesmo” e “ser merendeira é duro”, ou pessoas que “ninguém vê” ou “ninguém quer ver” na escola. Uma invisibilidade que, ao ser refletida, gera um sentimento de ressentimento em seu mundo social e pessoal. Seu trabalho resume-se a preparar, cozinhar, servir pratos, centenas de pratos e rapidamente, depois limpar, lavar, preparar o próximo turno.

Conclui-se que as condições e o ambiente de trabalho são precários, sem grandes expectativas acerca de melhorias.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Presidência da República. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis n.º 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória n.º 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei n.º 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília (DF); 2009. Extraído de [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm], acesso em [20 de junho de 2011].
2. Sobral F, Costa VMH. Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância. *Alim Nutr.* 2008 jan/mar;19(2):73-81.
3. Brasil. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF; 2009. Extraído de [<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/resolucoes-2009/item/3341-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38-de-16-de-julho-de-2009>], acesso em [10 de junho de 2011].

4. Teo CRPA, Sabedot FRB, Schafer E. Merendeiras como agentes de educação em Saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. *Rev Espaço para a Saúde*. 2010;11(2):11-20.
5. Silva EF. Trabalhadores/as de escola e construção de uma “comunidade aplicada de pesquisa”: a busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho [Tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2003.
6. Chaves FM. O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro [Dissertação]. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense; 1998.
7. Pedraza DF, Andrade SLLS, Monteiro JSM, Lira PIC. Avaliação do Programa de Alimentação Escolar Municipal de Olinda - Pernambuco. *Rev Bras Prom Saúde*. 2007;20(2):76-85.
8. Nunes BO. O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro [Dissertação]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2000.
9. Chaves FM. Desigualdades de gênero e de raça na saúde das trabalhadoras da merenda e da limpeza nas escolas municipais do Rio de Janeiro. In: XXIII Simpósio Nacional de História – História: Guerra e Paz. Londrina; 2005.
10. Takahashi MABC, Pizzi CR, Diniz EPH. Nutrição e dor: o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba - para além do pão com leite. *Rev bras Saúde ocup*. 2010;35(122):362-73.
11. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11.^a ed. São Paulo: Hucitec; 2008.
12. Angrosino M. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed; 2009.
13. Gadamer H-G. Verdade e método. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis (RJ): Vozes; 1997.
14. Freitas MCS, Minayo MCS, Ramos L, Fontes G, Santos L. Escola: lugar de estudar e de comer. *Rev Ciênc Saúde Coletiva*. 2013;18(4):979-82.
15. Minayo MCS. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 25.^a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2007.
16. Jovchelovit S, Bauer MW. Entrevista narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002.
17. Victoria CG, Knauth DR, Hassen MNA. Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial; 2000.

18. Bertaux D. Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos. São Paulo: Paulus; 2010.
19. Freitas MCS, Minayo MCS, Fontes GAV. Sobre o campo da alimentação e nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2011;16(1):31-38.
20. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 196/96, de 10 de outubro de 1996. Estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Bioética*. 1996; suplemento:15-25.
21. Souza KR, Santos AK, Yasuda N, Sharapin M. O desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. *Cad Saúde Pública*. 2003;19(2):495-504.
22. Arendt H. Sobre a violência. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará; 1994.
23. Freitas MCS, Fontes GV. Alimentação na escola pública: um estudo com adolescentes em unidades de ensino de municípios baianos. In: Freitas MCS, Fontes GAV, Oliveira N. *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: Edufba; 2008. p. 37-53.
24. Leite CL, Cardoso CV, Góes JAW, Figueiredo KVNA, Silva EO, Becerril MM et al. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. *Rev Nut*. 2011;24(2):275-85. Extraído de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-52732011000200008&script=sci_arttext], acesso em [8 de setembro de 2011].
25. Martins RCB. Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. *Saúde Rev*. 2004;6(13):71-8.
26. Bezerra JAB. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Rev bras Educ*. 2009. 14(40):103-5. Extraído de [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000100009], acesso em [8 de setembro de 2011].
27. Carvalho AT, Muniz VM, Gomes JF, Samico I. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface*. 2008;12(27):823-34.
28. Pena PGL, Freitas MCSF, Cardim A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na ilha de Maré, Bahia. *Rev Ciênc Saúde Coletiva*. 2011;16(8):3383-92.

Recebido em 2.6.2012 e aprovado em 25.3.2013.